

A Utilização de Creches e a Participação das Mães no Mercado de Trabalho Brasileiro

Ana Tereza Libânio¹
Ana Bottega²

Resumo

O objetivo deste trabalho é avaliar o impacto da utilização de creches na oferta de trabalho feminina no Brasil. Dado que ainda existe um considerável gap entre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, um dos obstáculos para que este seja superado é o tradicional papel das mulheres como provedoras de cuidados no ambiente doméstico. Este trabalho contribui com a literatura que investiga empiricamente o caso brasileiro usando dados recentes e indicadores de simples construção. Os resultados apontam que a utilização de creches impacta de forma positiva a participação das mulheres mães no mercado de trabalho.

Palavras-Chaves: oferta de trabalho feminina, cuidado infantil, mercado de trabalho brasileiro, creches.

Área Temática: Teoria Econômica e Economia Aplicada.

Financiamento: Esse trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1 Mestranda em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. E-mail: anaterzalibanio@gmail.com.

2 Mestranda em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. E-mail: anabottegalima@gmail.com.

A Utilização de Creches e a Participação das Mães no Mercado de Trabalho Brasileiro

1. Introdução

A participação das mulheres na composição da força de trabalho brasileira vem aumentando há décadas. A taxa de participação das mulheres neste mercado de trabalho aumentou de 32% em 1977 para 46% em 2001, chegando a 51,5% em 2019. Ademais, o gap frente à taxa de participação masculina diminuiu, passando de 41 pontos percentuais em 1977 para 26 em 2002 e 19.5 em 2017 (SOARES, IZAKI, 2002; CARRANÇA, 2019). Apesar disso, um gap de 19.5 pontos percentuais mostra que ainda há uma diferença relevante entre as taxas de participação de mulheres e de homens, sendo um dos indicadores da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Um dos motivos para a persistência dessa diferença é a existência de vários obstáculos à entrada que afetam majoritariamente as mulheres. Um desses obstáculos é o tradicional papel das mulheres como provedoras de cuidados no ambiente doméstico. Um estudo de 2016 da Organização Internacional do Trabalho aponta que no que diz respeito a afazeres domésticos, as mulheres trabalham em média o dobro que os homens (ILO, 2016). Essa desigualdade também é observada no caso do Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo em relação aos homens (20,9 horas semanais e 11,1, respectivamente) em afazeres domésticos e cuidados de pessoas (LOSCHI, 2017).

Nesse sentido, espera-se que uma redução da jornada de trabalho doméstico influencie a oferta de trabalho feminino, considerando que haja demanda³. De fato, como Costa (2007) enumera, há quantidade significativa de evidências em favor desse efeito de substituição de trabalho feminino. Isso indica que, além da consideração financeira relacionada à decisão da mulher de ofertar trabalho, há outros fatores e barreiras culturais que influenciam essa decisão, dado que homens não enfrentam o mesmo tipo de *trade-off*.

Parte da literatura que investiga essa questão enfatiza o cuidado infantil dentre os demais afazeres domésticos. Esta relaciona o aumento da oferta de creches ou programas governamentais que aliviam gastos com cuidados infantis com uma maior oferta de trabalho das mulheres. Diferenciando entre arranjos formais de cuidado, como creches e pré-escola, e informais, como amigos e familiares cuidando da criança, o trabalho pioneiro de Heckman (1974) corrobora essa hipótese para o caso dos Estados Unidos, assim como Anderson e Levine (1999). Resultados similares também são encontrados por Baker, Gruber e Milligan (2008) para Quebec, no Canadá. Os autores avaliam o efeito do programa governamental de universalização do acesso à assistência infantil na oferta de trabalho materna e no bem-estar das famílias, encontrando um aumento significativo dessa oferta e da demanda por este tipo de serviço.

O estudo de Scorzafave e Menezes-Filho (2001) buscou descrever o crescimento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho para o Brasil entre 1982 e 1997, notando, por exemplo, uma relação positiva entre escolaridade e participação. Diante desses resultados, os autores ressaltam a relevância de políticas públicas que busquem prover apoio para a dupla

3 Nesse sentido, é importante considerar que pode haver uma situação em que a expectativa de demanda por trabalho seja tão baixa que haja a troca de afazeres domésticos por lazer, por exemplo, como descreve Becker (1965) em seu trabalho seminal.

jornada das mulheres, como políticas voltadas para o fornecimento de creches. Conelly, DeGraff e Levison (1996) reportaram que a falta de alternativas de cuidado com as crianças limita como as mulheres despendem seu tempo e que a participação feminina no mercado de trabalho afeta a demanda por creche, aumentando-a. Mas uma elevação na oferta de creches também resulta em um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, como reportado por Costa (2007), Barbosa e Costa (2017), em análises para o Brasil todo, e Sanfelice (2018), que foca no caso do município de São Paulo.

Dessa forma, essa questão se torna um ponto importante para se modelar políticas públicas que tenham como objetivo diminuir a desigualdade de gênero na participação no mercado de trabalho. Esse efeito, por sua vez, potencialmente desencadearia efeitos secundários como a diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres e aumento da renda das famílias, possivelmente reduzindo a pobreza. No Brasil essa questão se torna ainda mais relevante visto a priorização da pré-escola (crianças de 4 a 5 anos) no lugar das creches (crianças até 3 anos). Como Carrança (2019) destaca, no Plano Nacional de Educação de 2010 estabeleceu-se a meta de universalização da pré-escola até 2016, mas pretendia-se atingir a meta de 50% para creches até 2024. Isso se reflete nos dados de frequência escolar: apenas 32,7% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam creches, segundo dados do IBGE para 2017, enquanto de acordo com a PNAD, mais de 20% das crianças nessa idade não frequentam a escola por falta de vaga ou escola nas proximidades, além do difícil acesso às existentes (CARRANÇA, 2019).

Portanto, o planejamento de políticas públicas para reduzir a desigualdade de gênero deveria levar em conta a construção de um sistema de apoio às mães, como as creches. Tendo isso em vista, este artigo busca investigar se um aumento na utilização de creches tem efeitos na probabilidade da participação das mães do mercado de trabalho. Tomando como base os dados da PNAD de 2015, atualiza-se a escassa informação que existe sobre a discussão no nível do país, além de se usar um indicador para uso de creche mais simples que em trabalhos semelhantes como Costa (2007) e Barbosa e Costa (2017), que focam na oferta medida pela presença de creche na vizinhança do domicílio. Para tanto, o trabalho se estende por mais quatro seções. A próxima apresenta com mais detalhes a literatura teórica e empírica existente sobre o tema, enquanto a terceira seção descreve sobre a metodologia e os dados usados. A quarta seção expõe os resultados encontrados e, por fim, a quinta seção conclui levantando as últimas considerações.

2. Revisão Teórica e Empírica dos Obstáculos à Participação da Mulher no Mercado de Trabalho

2.1 Literatura Internacional

Em estudo pioneiro acerca do assunto, Heckman (1974) tratou dos efeitos dos programas norte-americanos que de diversas formas aliviam gastos com cuidados infantis na oferta de trabalho da mulher. Para tanto, o autor abarca outros fatores além do incremento na renda que incidem na decisão da mãe de ofertar mais horas de trabalho ou não – como, por exemplo, o fato de que muitas mulheres usam métodos informais de assistência aos filhos, como familiares ou parentes, com pouco ou nenhum custo direto. A decisão de uma mulher de trabalhar ou não é, portanto, relacionada imediatamente à decisão de comprar cuidados infantis no mercado, já que fontes informais de baixo custo podem ser acessíveis. Usando essa metodologia, os resultados apontam que estudos de políticas públicas que consideram apenas incrementos na renda como motivação têm resultados viesados. Isso porque a oferta de mão-de obra de mães é sensível às suas preferências e ao preço do mercado formal de cuidado.

Também focando no caso dos EUA, Anderson e Levine (1999) consideram quanto a disponibilidade e o custo das creches impactam as decisões de emprego da mãe considerando seu nível de escolaridade. Os resultados indicam que quanto menor o número de anos de estudo da mãe, menor a chance das mulheres optarem pagar por cuidado infantil. Estas mães têm maior tendência a ter familiares cuidando de seus filhos. Ainda sobre os EUA, Conelly e Kimmel (2001) estudam como os custos de assistência à infância impactam a participação das mães solteiras no mercado de trabalho e seu bem-estar. Os resultados mostram um efeito positivo de subsídios aos custos de assistência à infância em proporcionar mais bem-estar. Além disso, a empregabilidade das mães também aumentou em 50% quando as creches eram subsidiadas em 50%, diminuindo os custos para as mães.

Sob o aspecto da oferta de creches, o estudo de Fitzpatrick (2010) usa uma regressão descontínua para investigar como os programas universais de pré-escola gratuita existentes em dois estados norte-americanos (Georgia e Oklahoma) afetam as matrículas bem como a oferta de trabalho das mães. Dentre os resultados encontrados, destaca-se o aumento de 12 a 14% no número de matrículas. Entretanto, os impactos na oferta da mão-de-obra materna não foram significativos nesse caso.

Alguns trabalhos estimam os efeitos dos custos de assistência à infância não só nas decisões de emprego, mas também na fertilidade. Por exemplo, Blau e Robins (1989) investigam ambas questões utilizando a pesquisa Employment Opportunity Pilot Projects (EOPP) aplicada em mais de 20 regiões dos Estados Unidos nos anos 1980. Os resultados sugerem que os custos mais elevados diminuem a fertilidade para mulheres desempregadas, mas não para as que possuem emprego. Além disso, altos custos também levam a um aumento da taxa de abandono do emprego. Mason e Kuhlthau (1992), a partir de entrevistas com uma amostra com as mães da região de Detroit que possuíam filhos em idade pré-escolar, analisam a relação entre as respostas daquelas que têm ou tiveram emprego e a fertilidade afetados por problemas com assistência infantil. Os resultados encontrados evidenciam que os problemas com o acesso à assistência infantil frequentemente influenciam o emprego de mulheres: um terço das mães entrevistadas relatou que havia enfrentado tal dificuldade em alguma etapa da vida. Tal efeito prevaleceu sobre aquelas que eram mais pobres e dependiam mais de assistência pública. Porém, em relação ao número de filhos e fertilidade, o acesso à creche não se demonstrou uma variável de grande impacto. Os resultados sugerem que políticas para aumentar a oferta de assistência à infância ou para diminuir seu custo poderiam impactar positivamente a oferta de mão-de-obra feminina, com um aumento ainda maior entre as mulheres de baixa renda.

Baker, Gruber e Milligan (2008), ao relacionarem a presença da mulher no mercado de trabalho à oferta de vagas em creches, analisam o programa de subsídio à assistência infantil “cinco dólares por dia de creche” realizado na região de Quebec no ano de 1997. Neste, a assistência infantil passou a ser universalmente acessível. Eles encontram que a oferta de trabalho materno aumentou de forma significativa, com crescimento de 7,7% do emprego entre as mulheres que formavam famílias biparentais. Tal aumento se relaciona ao aumento da demanda pelo serviço de cuidado: o percentual de crianças de zero a quatro anos nas creches cresceu 14% na região quando comparado ao restante do país. Também foram reportadas evidências de que um terço das mulheres interessadas pelo programa já trabalhava antes informalmente. Ou seja, o programa teve impactos tanto na quantidade de emprego materno, assim como na qualidade, com aumento da formalização. No entanto, os resultados para as crianças em si são piores em termos de comportamento, habilidades e doenças. Com relação ao efeito das creches nas crianças, um caso similar, mas na Noruega, foi investigado empiricamente por Havnes e Mogstad (2011). Os autores analisam os impactos de longo

prazo causados pela introdução do programa de creche universal na Noruega. Utilizando o método de diferenças em diferenças o estudo conclui que a assistência infantil afeta de maneira direta o futuro das crianças tanto no nível educacional quanto na sua atuação no mercado de trabalho. Por exemplo, o fato de frequentar creches aumentou as chances de a criança completar o ensino médio e ingressar na faculdade.

2.2 Investigações do Caso Brasileiro

Sobre a presença da mulher no mercado de trabalho, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) descrevem o crescimento das taxas de participação feminina (TPFT - Taxa de Participação na Força de Trabalho) entre os anos de 1982 e 1997 no Brasil. Eles também apontam os fatores que influenciaram essa decisão em diferentes períodos do tempo. Para tanto, levam em consideração não apenas as condições da própria mulher (educação e idade), mas também a situação da sua família (número de adultos e de filhos em idades diferentes, renda dos outros membros do domicílio, posição na família). Os resultados do estudo evidenciam que o aumento da TPFT feminina contribuiu, juntamente com a estabilização da presença masculina no mercado de trabalho, para que as diferenças entre os sexos diminuíssem nesse quesito. Além disso, vale ressaltar que se percebeu uma forte relação entre escolaridade e participação em ambos os sexos para todos os períodos. Em particular, as mulheres mais novas e com um a 11 anos de estudo lideraram o aumento da presença feminina no mercado de trabalho. Dando sequência à essa investigação, em Scorzafave e Menezes-Filho (2006) os autores buscam analisar o efeito do aumento da participação feminina na evolução da desigualdade de renda do trabalho no Brasil para o mesmo intervalo de tempo. Os resultados mostram que o aumento dessa participação ajudou a reduzir ou ao menos manter constante a desigualdade de renda do trabalho.

Apesar disso, nota-se um efeito específico dos filhos na presença/ausência das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Por exemplo, ao estudar a evolução recente da estrutura do desemprego nas metrópoles brasileiras, Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) mostram que a resposta da inatividade para a variável “número de crianças no domicílio” foi a que mais teve destaque, de forma que existe uma relação negativa para os homens e positiva para as mulheres. No entanto, para as mulheres pobres, a inatividade diminui com o aumento do número de crianças, refletindo a maior necessidade de entrada no mercado para complementação da renda familiar. Esse resultado é corroborado por Ramos, Aguas e Furtado (2011). Também investigando áreas metropolitanas, os resultados mostraram que famílias consideradas pobres têm uma probabilidade maior de ter mulheres economicamente ativas. Entretanto, essa chance se reduz quando é considerada a presença de filhos em idade pré-escolar. Nesses casos, muitas vezes a mulher não vê outra opção a não ser abdicar do trabalho.

Logo, mulheres que têm ou não filhos teriam inserções diversas no mercado de trabalho. Sobre essa questão, Pazello e Fernandes (2004), a partir de dados da PNAD de 1992 a 1999, observaram um impacto negativo da maternidade sobre a jornada de trabalho da mulher e sua participação no mercado de trabalho. Tendo isso em vista, Pazello (2006) estudou o impacto de um choque exógeno na fertilidade, como o nascimento de gêmeos na primeira gravidez, no engajamento da mulher no mercado de trabalho. Usando uma sub-amostra da PNAD para mesmo período, a autora forneceu evidências de que um aumento não planejado no número de filhos afeta negativamente a presença da mulher no mercado de trabalho apenas no curto prazo. Logo, o aumento do montante de trabalho dedicado aos bebês diminui o tempo da mulher no mercado de trabalho e aumenta o tempo de permanência em casa.

Em relação aos incentivos relacionados à renda, Tavares (2010) investiga a existência de um possível incentivo adverso à oferta de trabalho (participação no mercado e jornada) das mães

beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. No entanto, os resultados mostram que há uma relação positiva entre a oferta de trabalho e as mulheres beneficiadas pelo programa. Nesse caso, como os filhos devem ser matriculados na escola, há mais tempo disponível para o trabalho, o que reforça positivamente a relação entre o programa e a oferta de trabalho feminina.

No entanto, existem poucos estudos investigando especificamente o uso ou a oferta de creches no Brasil e a participação das mães do mercado de trabalho. Um estudo mais antigo sobre essa temática é o de Conelly, DeGraf e Levison (1996). Neste, os autores analisam como a participação feminina no mercado de trabalho afeta a demanda por creche. Segundo seus resultados, esta participação gera um incremento na demanda por creche. Mas nesta decisão também seriam levados em conta critérios sobre qualidade do cuidado infantil. Dessa forma, indica-se que a impossibilidade de acesso à creche poderia implicar uma barreira à entrada da mulher no mercado de trabalho.

Costa (2007) estuda os determinantes da participação da mulher no mercado de trabalho e avalia em que medida as escolhas das mulheres estão influenciadas por barreiras de entrada. Por meio de dados da PNAD de 2005, ao comparar a oferta de trabalho feminina com a masculina, o estudo verificou que a educação e a presença de filhos são variáveis determinantes para as mulheres, ao passo que para os homens já não são tão significativas. A autora também concluiu que quanto maior o número de anos de estudo, maior a probabilidade de a mulher fazer parte do mercado de trabalho. Já a idade dos filhos influencia negativamente, ao passo que quanto mais nova for a criança menor a probabilidade de a mulher ser economicamente ativa. Por fim, o estudo relatou evidências empíricas de que a utilização das creches e a existência de creches na vizinhança representam uma redução do volume de obrigações domésticas das mulheres, o que aumenta a oferta de trabalho feminina. Assim, a opção de entrar para o mercado de trabalho e de dedicar mais horas a este estaria fortemente associada à possibilidade de deixar filhos em creches.

Em um trabalho mais recente, Barbosa e Costa (2017) analisam de forma quantitativa a evolução da taxa de participação da mulher no mercado de trabalho entre os anos de 2001 a 2015. De forma específica, as autoras mensuram os impactos causados pela oferta de creches na mão-de-obra feminina. Entre os resultados encontrados destaca-se que a presença de filhos de 0 a 5 anos é obstáculo para a empregabilidade da mulher, porém, a presença de filhos adolescentes (com mais de 13 anos) é interpretada como um incentivo para que a mãe participe do mercado de trabalho, uma vez que estes podem auxiliar nas tarefas domésticas e no cuidado de outras crianças. No caso da oferta de creche, medida pela existência de creche na vizinhança da mesma forma que em Costa (2007), percebeu-se um efeito positivo desta oferta na probabilidade das mães estarem no mercado de trabalho. Já Sanfelice (2018) foca na oferta de creches no município de São Paulo. Usando dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a autora encontra que o uso de creches de tempo integral aumenta a probabilidade de emprego materno em 44 pontos percentuais, além de tornar mais provável que as mães estejam trabalhando em tempo integral e no setor formal.

Assim, nota-se que ainda existem poucos estudos no Brasil que correlacionam programas de assistência educacional infantil, como creches, e a presença da mulher no mercado de trabalho. Dessa forma, o presente artigo pretende contribuir com a literatura já existente de modo a estudar o impacto da utilização de creches na oferta de mão-de-obra feminina, usando dados recentes e o simples indicador de uso ou não das creches.

3. Metodologia

3.1 Estratégia econométrica

Como mencionado nas seções anteriores, a variável dependente de interesse neste trabalho é a probabilidade de participação das mães no mercado de trabalho, uma variável qualitativa. Além disso, usamos apenas a diferenciação entre as mulheres estarem ou não no mercado de trabalho, o que implica a variável dependente em investigação ser uma variável binária. Isso porque esta variável é na verdade uma variável latente, incompletamente observada. Tomando y^* como a variável dependente, como se pode pensar que é a motivação da mãe para trabalhar, faz sentido considerar que há mães mais propensas a estarem economicamente ativas do que outras, de forma que há uma propensão a trabalhar que, no entanto, gera o mesmo estado na variável binária y , $y = 1$. Essa propensão, por sua vez, não é observada, então só notamos sua mudança quando conseguimos observar a mudança, ou seja, da mãe não estar mais no mercado de trabalho. O modelo de regressão para esta variável envolve a seguinte função indicadora:

$$y = \begin{cases} 1, & \text{se } y^* > 0, \\ 0, & \text{se } y^* \leq 0, \end{cases}$$

cujo modelo de regressão é o tradicional modelo de regressão linear. Percebemos que a função indicadora acima conecta a variável latente y^* com a variável binária y . Nesse caso, a análise de regressão a ser conduzida seria a parametrização da probabilidade de ocorrência desse evento p , condicionada a um vetor de j variáveis explicativas x , e um vetor de K parâmetros β . E tal probabilidade irá variar entre indivíduos como uma função das variáveis explicativas (CAMERON, TRIVEDI, 2005).

Neste trabalho opta-se por usar apenas o modelo probabilístico Probit, que se adequa bem a esta investigação, ao ser estruturado a partir de uma função de probabilidade condicional e uma função cumulativa não linear de probabilidade – que no caso do Probit é a normal cumulativa. Além disso, esse é o modelo usado por trabalhos semelhantes (COSTA, 2007; BARBOSA, COSTA, 2017), o que permite a comparação mais direta dos resultados aqui apresentados com diferentes estudos, o que pode ser interessante para usos futuros dos resultados como motivadores de políticas públicas, por exemplo. Em resumo, a forma funcional do Probit estabelece que a probabilidade do evento ocorrer é a seguinte função de distribuição (normal padrão) cumulativa:

$$p_i = P(y_i = 1|x) = \Phi(x_i\beta), \quad (1)$$

onde Φ é a função de distribuição acumulada da normal padrão, tal que $p_i = \int_{-\infty}^{x_i\beta} \phi(z)dz$, onde $\phi = (1/\sqrt{2\pi})exp$, ou seja, a função densidade da normal padrão. Logo, o lado direito da equação (1) é tomado como uma função não linear, que também especifica que as probabilidades estimadas estejam no domínio relevante, ou seja, entre zero e um.

Tais coeficientes são estimados pelo método da máxima verossimilhança, pela maximização da função de máxima verossimilhança. É importante ressaltar que, diferentemente da regressão linear em que os coeficientes expressam o efeito marginal da variável explicativa sobre a variável dependente, nesse modelo isso não acontece. Assim como Long (1997) destaca, como o modelo é não linear, a magnitude da mudança na probabilidade resultante associada a uma mudança em alguma variável independente vai depender dos níveis de todas estas variáveis. A fim de contornar essa questão, costuma-se interpretar o impacto sobre a

probabilidade a partir do efeito marginal de uma mudança em alguma variável explicativa, tal que:

$$\frac{\partial p_i}{\partial x_{ij}} = \phi(x_i\beta)\beta_j. \quad (2)$$

Nota-se que os efeitos marginais irão depender dos valores das variáveis independentes, variando com o ponto em que o efeito está sendo averiguado, x_i . A literatura calcula isso de duas formas principais: como o efeito marginal avaliado no valor médio dessas variáveis; ou como a média dos efeitos marginais, após serem calculados separadamente para cada indivíduo - que é a estratégia adotada nas próximas seções por ser mais recomendada, conforme Long (1997) e Cameron e Trivedi (2005) ressaltam.

3.2 Descrição dos dados

A base de dados utilizada na análise desenvolvida neste trabalho é derivada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015, elaborada pelo IBGE. A população alvo são mulheres com idade entre 20 e 59 anos, de zonas urbanas de todo o país que tenham o papel de cônjuges ou chefes de família. Além disso, como se procura o efeito de utilizar creches, restringe-se a análise àquelas mulheres que poderiam estar usando o serviço de creche, com pelo menos um filho de 0 a 3 anos.

O corte em áreas urbanas permite destacar essa região frente às áreas rurais, por dois motivos: nas áreas rurais é mais difícil determinar quais indivíduos estão economicamente ativos, pela natureza do mercado de trabalho; e nestas regiões também não é incomum que uma unidade familiar receba um salário único, dificultando a separação da oferta de trabalho para a subsistência ou para o mercado a fim contribuir para formação da renda familiar. Além disso, a definição do intervalo de faixa etária tem o objetivo de agregar um grupo etário mais homogêneo, ao não contabilizar mulheres jovens em início de carreira, nem mulheres mais experientes prestes a se aposentarem. Por fim, a restrição na posição na família também se relaciona a formar um grupo de interesse mais homogêneo: mulheres chefes ou cônjuges teriam responsabilidade sobre os cuidados da casa maiores e mais uniformes que mulheres em outras posições no domicílio.

Como já mencionado, no modelo proposto para analisar o quão provável é a participação no mercado de trabalho do grupo selecionado faz-se o uso de uma variável dependente qualitativa. No caso, esta é uma variável binária para discriminar mulheres economicamente ativas – ou seja, que de alguma forma estejam no mercado de trabalho -, assumindo valor um para as ativas e zero para as inativas. Para fins de esclarecimento, fazem parte da população economicamente ativa (PEA) mulheres que já atuam no mercado de trabalho - ou seja, as ocupadas -, ou que as que buscam inserir-se a fim de exercer alguma atividade remunerada.

Na condição de variáveis explicativas levam-se em consideração atributos tanto da mulher quanto do domicílio que possam afetar sua escolha por entrar ou não no mercado de trabalho. Assim, fora a variável que diz respeito à utilização da creche, são contempladas como variáveis explicativas escolaridade, idade, raça, renda não-laboral, presença de filhos, horas trabalhadas pelo cônjuge, presença ou não de idosos no domicílio além de controlar-se também por região.

Com relação à escolaridade, criaram-se variáveis binárias para sete níveis de educação com base nos anos de estudo: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto e, por fim, superior

completo. Espera-se que um aumento no nível educacional seja refletido numa maior probabilidade da mãe estar no mercado de trabalho. A categoria de referência a ser omitida é o grupo sem instrução, no qual a variável assume o valor um para nenhum ano de estudo e zero para qualquer outro nível.

Em complemento a variável idade, foi incluída também a variável idade ao quadrado a fim de viabilizar a captura do efeito U invertido da oferta de trabalho em relação à idade observado na literatura. Foram considerados os três grupos de raça mais representativos na amostra (brancos, pardos e pretos), incluídos como variáveis dicotômicas. Da mesma forma, foram incluídas *dummies* para região, e na análise de regressão omitiu-se a região centro-oeste para comparação.

Para analisar o efeito da renda não-laboral em relação a oferta de trabalho feminina, essa variável foi calculada por meio da diferença entre a renda do domicílio e os rendimentos da mulher. A distribuição resultante foi desagregada em cinco quantis, chamados no decorrer do trabalho de quintos, e a partir daí criou-se variáveis dicotômicas para cada quinto – sendo o último quinto usado como base para comparação. Por um lado, espera-se que quanto maior a renda do domicílio, menor o incentivo para a mãe entrar no mercado de trabalho, pois esta não precisaria de mais renda. Por outro, quanto maior a renda do domicílio, mais facilidade a mulher teria em diminuir seus afazeres domésticos – tendo dinheiro suficiente para pagar por uma creche, por exemplo -, o que aumentaria seu incentivo para começar a trabalhar ou permanecer trabalhando.

Também se empregou uma variável binária para caracterizar a presença ou ausência de filhos em determinadas faixas etárias no domicílio. De tal modo, desagregaram-se em cortes de faixa etárias os grupos de filhos: de 4 a 6 anos, de 7 a 10 anos, de 10 a 15 anos e mais que 16. Espera-se que quanto mais jovem o filho, maior sua necessidade de cuidados por parte dos adultos, enquanto filhos mais velhos também podem atuar encarregando-se de parte do peso dos afazeres domésticos do domicílio. Nesse sentido, também se investigou o possível efeito da presença ou não de idosos no domicílio, através de uma variável binária restrita para pessoas com 60 anos ou mais. É comum que idosos que moram nas residências auxiliem as mães ao cuidarem das crianças por um determinado período, o que possibilitaria à mulher ter mais chances de estar economicamente ativa. Sob mesmo raciocínio, inseriu-se no modelo as horas trabalhadas pelo cônjuge com o objetivo de identificar como a oferta de trabalho do marido pode afetar a probabilidade da mãe fazer parte da PEA. Espera-se que quanto maior o número de horas trabalhadas pelo cônjuge, menor a chance de a mulher estar no mercado de trabalho, pois nesse caso o cônjuge não teria disponibilidade de horas livres para contribuir com os afazeres domésticos.

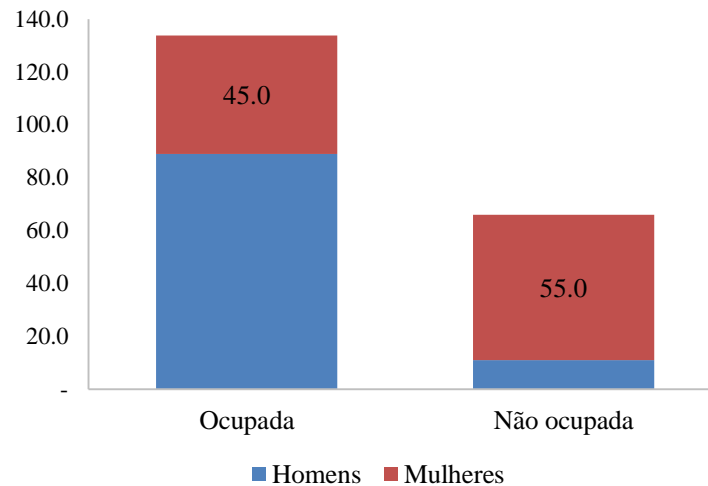
Por fim, o impacto do uso de creches é analisado a partir da variável de utilização de creche. Esta assume valor um se ao menos uma criança de 0 a 3 anos frequenta a creche, e zero se nenhuma. Assume-se que a utilização de creche está diretamente relacionada com a oferta de creches para a mãe, pois como já foi mencionado, no Brasil há excesso de demanda por creches, não de oferta. A hipótese é de que um aumento na utilização de creche exerceria um efeito positivo sobre a participação da mãe no mercado de trabalho.

3.3 Estatísticas descritivas

Antes de seguir para a análise de regressão, é interessante observar algumas estatísticas que dizem respeito ao que está sendo investigado aqui. Estas foram elaboradas com base em um suplemento da PNAD de 2015 chamado “Aspectos de cuidado de crianças com menos de

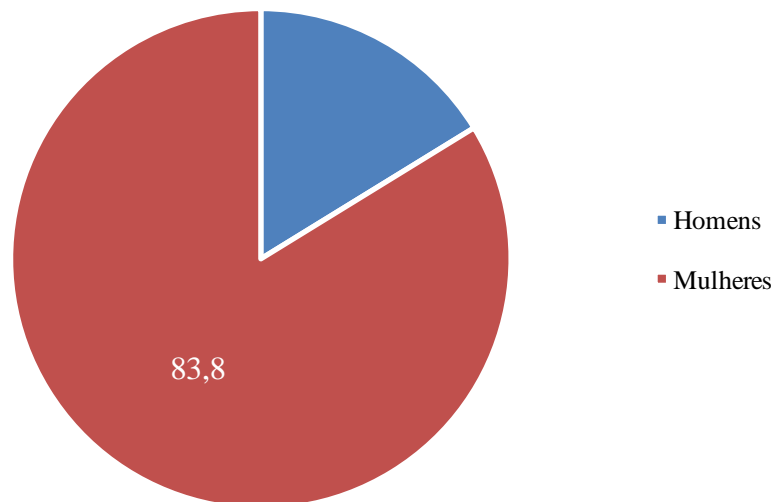
quatro anos de idade”, divulgado em 2017. Em primeiro lugar, olhando para a desigualdade de gênero do mercado de trabalho, a Figura 1 confirma que ainda se pode verificar que a ocupação feminina no mercado de trabalho é relativamente menos expressiva que a dos homens. Esses dados refletem a presença majoritária de mulheres possivelmente se ocupando exclusivamente de afazeres domésticos. Com relação à responsabilidade sobre o cuidado infantil, a Figura 2 mostra como as mulheres em quase 90% dos casos são reportadas como as primeiras responsáveis pelas crianças menores de quatro anos de idade.

Figura 1: Situação de ocupação por gênero

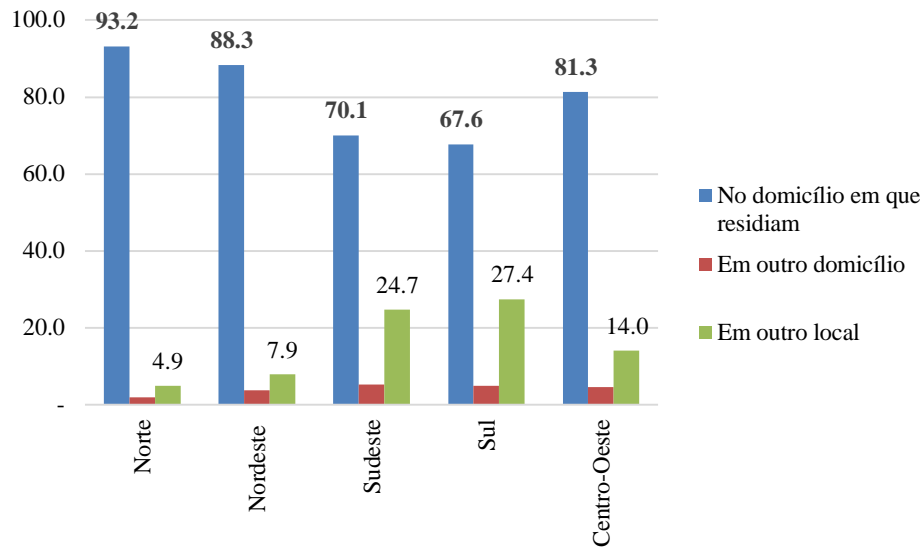


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2015, em percentual.

Figura 2: Primeiro responsável pela criança por gênero

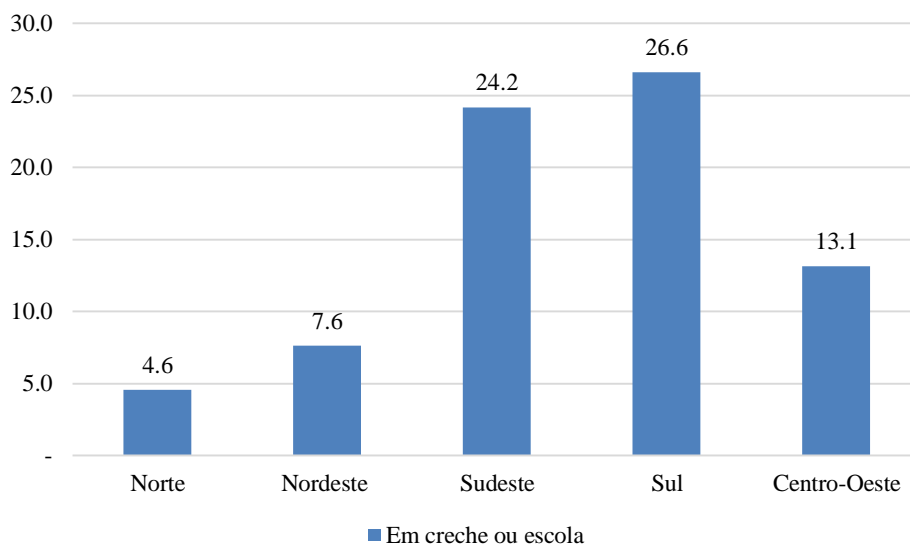


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2015, em percentual.

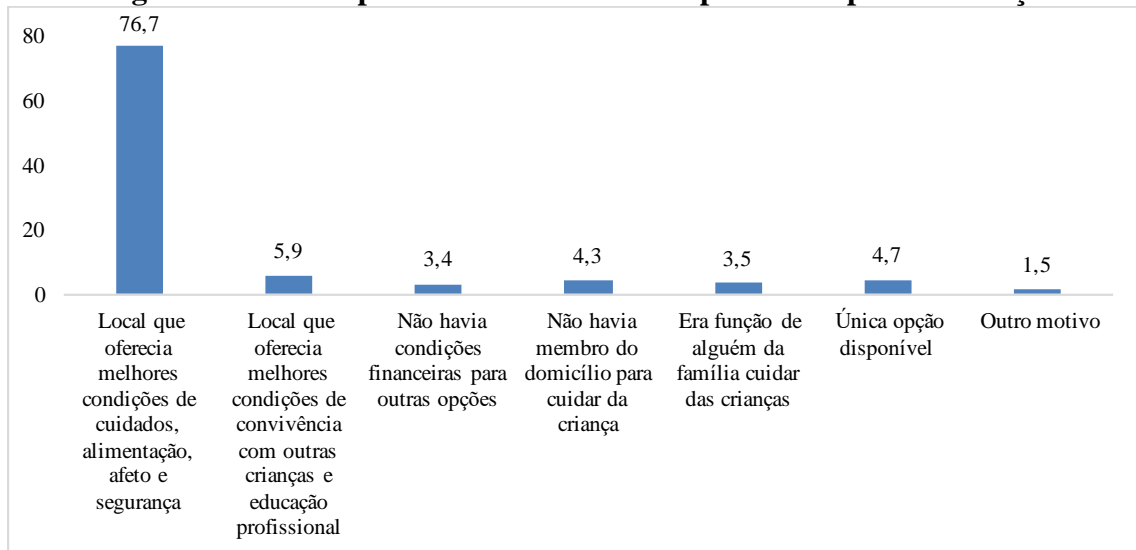
Figura 3: Local onde a criança fica de segunda à sexta por regiões

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2015, em percentual.

A Figura 3, por sua vez, aponta os diferentes locais em que as crianças ficam ao longo da semana, discriminando por região. Verifica-se que em todas as regiões a maioria dos respondentes deixa a criança na própria casa, possivelmente no modelo de cuidado em que um dos responsáveis (geralmente a mãe, como mencionado) se ocupa exclusivamente dos afazeres domésticos, enquanto o outro está no mercado de trabalho. Além disso, estatísticas tomadas a partir desses dados revelam que mais de 80% dos respondentes não utilizam a creche para deixar os filhos durante o horário de trabalho, o que pode significar uma demanda reprimida por este tipo de serviço por conta da falta de oferta. O percentual de uso das creches por estado é reportado na Figura 4. Percebe-se que o maior uso é de pouco mais de 26% na região sul.

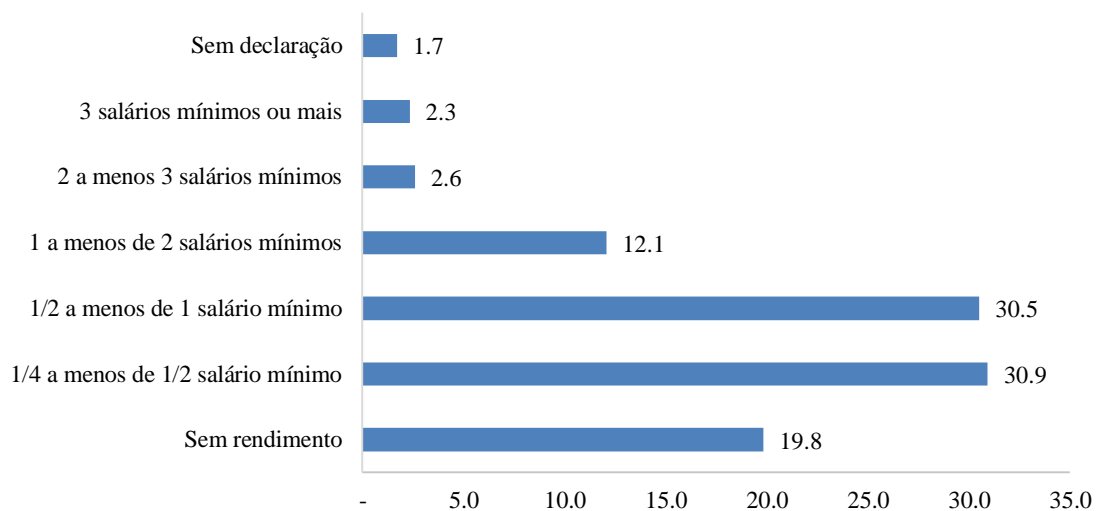
Figura 4: Uso de creches por regiões

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2015, em percentual.

Figura 5: Motivos para a escolha do local especificado para a criança

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2015, em percentual.

Já a Figura 5 indica os principais motivos para escolha do local de permanência da criança. Nota-se que os principais motivos para a escolha são relacionados ao bem-estar e educação da criança. A questão financeira aparece na maioria dos casos como terceira ou segunda opção mais respondida. Apesar disso, a Figura 6 mostra como o impedimento financeiro ainda pode ser relevante. Dos responsáveis que responderam que teriam interesse em usar creches, a maior parte está em duas das camadas de menor rendimento. Assim, poderia ser necessário aumentar a oferta de creches para atender uma maior parcela da população que busca esse serviço, mas não tem como pagar por ele.

Figura 6: Interesse em matricular a criança em creche por faixas de rendimento mensal per capita

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2015, em percentual.

4 Resultados

4.2 Resultados da regressão não linear para amostra estendida

Tabela 1: Resultados Modelo Probit: amostra estendida

		Coefficientes	Efeitos Marginais
Homem		1.719*** (0.050)	0.387*** (0.008)
Tem filhos de 0-3 anos frequentando creche		0.627*** (0.040)	0.154*** (0.009)
Homem* Tem filhos de 0-3 anos frequentando creche		-0.569*** (0.096)	-0.187*** (0.035)
Regiões:	Norte	-0.098** (0.049)	-0.029** (0.015)
	Nordeste	-0.041 (0.046)	-0.012 (0.013)
	Sudeste	0.081* (0.044)	0.022* (0.012)
	Sul	0.174*** (0.049)	0.047*** (0.013)
Idade		0.092*** (0.014)	0.026*** (0.004)
Idade ao quadrado		-0.001*** (0.000)	-0.0003*** (0.000)
Escolaridade:	Fundamental incompleto	0.165* (0.091)	0.044* (0.023)
	Fundamental completo	0.357*** (0.096)	0.088*** (0.020)
	Médio incompleto	0.399*** (0.099)	0.096*** (0.020)
	Médio completo	0.461*** (0.090)	0.124*** (0.023)
	Superior incompleto	0.709*** (0.106)	0.149*** (0.015)
	Superior completo	1.161*** (0.098)	0.225*** (0.012)
Número de filhos:	Filhos de 4-6 anos	-0.160*** (0.035)	-0.047*** (0.011)
	Filhos 7-10 anos	-0.098** (0.038)	-0.028** (0.011)
	Filhos 11-15 anos	-0.020 (0.042)	-0.006 (0.012)
Raça:	Branco	-0.006 (0.053)	-0.002 (0.015)
	Pardo	-0.018	-0.005

		(0.051)	(0.014)
Quintos de renda não laboral:	Primeiro	0.217**	0.056**
		(0.109)	(0.025)
	Segundo	0.164***	0.045***
		(0.053)	(0.014)
	Terceiro	0.221***	0.059***
		(0.050)	(0.013)
	Quarto	0.148***	0.040***
		(0.050)	(0.013)
Horas trabalhadas cônjuge		-0.003**	-0.001**
		(0.001)	(0.000)
Presença idoso no domicílio		0.119	0.032
		(0.097)	(0.025)
Constante		-1.993***	
		(0.274)	
N		13258	13258
F		0.000	

Notas: Reportamos para o teste F o p-valor. * , ** e *** indicam 10%, 5%, 1% de significância, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Em um primeiro momento, utilizou-se para a regressão uma amostra composta por homens e mulheres. Nesse caso, foi criada uma variável de interação que relaciona o sexo do indivíduo com a utilização ou não da creche. Tal variável em conjunto com as variáveis binárias de sexo e utilização de creche permite comparar uma mulher que não utiliza creche com uma mulher que utiliza, dentro de toda a amostra de pais e mães de filhos de 0 a 3 anos. Os resultados obtidos podem ser observados na Tabela 1. Os efeitos marginais reportados na última coluna foram calculados a partir do efeito médio calculado para cada observação, do qual se tirou a média para o total de observações. O teste F reportado na última linha indica a rejeição da hipótese nula de que os coeficientes são conjuntamente iguais a zero. Ao interpretar a variável de utilização de creche, foi possível observar que uma mulher que utiliza creche possui, em média, uma probabilidade 15 pontos percentuais maior de estar economicamente ativa, quando comparada àquela que não utiliza tal serviço.

3.2 Resultados da regressão não linear para amostra de mães

Tabela 2: Resultados Modelo Probit: amostra mães

		Coefficientes	Efeitos Marginais
Tem filhos de 0-3 anos frequentando creche		0.624***	0.226***
		(0.040)	(0.013)
Regiões:	Norte	-0.093*	-0.036*
		(0.052)	(0.018)
	Nordeste	-0.015	-0.006
		(0.048)	(0.018)
	Sudeste	0.087*	0.033*
		(0.046)	(0.018)
	Sul	0.220***	0.083***
		(0.052)	(0.019)
Idade		0.069***	0.027***

		(0.015)	(0.006)
Idade ao quadrado		-0.001***	-0.001***
		(0.000)	(0.000)
Escolaridade:	Fundamental incompleto	0.141	0.054
		(0.103)	(0.039)
	Fundamental completo	0.325***	0.126***
		(0.107)	(0.037)
	Médio incompleto	0.397***	0.145***
		(0.110)	(0.036)
	Médio completo	0.483***	0.183***
		(0.100)	(0.036)
	Superior incompleto	0.789***	0.261***
		(0.116)	(0.030)
	Superior completo	1.191***	0.374***
		(0.108)	(0.024)
Número de filhos:	Filhos de 4-6 anos	-0.161***	-0.063***
		(0.037)	(0.014)
	Filhos 7-10 anos	-0.089**	-0.035***
		(0.039)	(0.015)
	Filhos 11-15 anos	0.011	0.004
		(0.044)	(0.017)
Raça:	Branco	-0.019	-0.007
		(0.056)	(0.021)
	Pardo	-0.023	-0.009
		(0.055)	(0.021)
Quintos de renda não laboral:	Primeiro	0.160	0.060
		(0.144)	(0.053)
	Segundo	0.177***	0.069***
		(0.056)	(0.021)
	Terceiro	0.221***	0.084***
		(0.052)	(0.019)
	Quarto	0.154***	0.059***
		(0.052)	(0.019)
Horas trabalhadas cônjuge		-0.003**	-0.001**
		(0.002)	(0.001)
Presença idoso no domicílio		0.075	0.028
		(0.103)	(0.74)
Constante		-1.708***	
		(0.296)	
N		8583	8583
F		0.000	

Notas: Reportamos para o teste F o p-valor. * , ** e *** indicam 10%, 5%, 1% de significância, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Já a Tabela 2 apresenta os resultados do Probit para mulheres que são mães, considerando apenas mulheres na amostra, a fim de identificar os diversos determinantes da decisão e inserção dessas mães no mercado de trabalho, e como a utilização de creches poderia influenciá-la. Novamente, os efeitos marginais são reportados na última coluna, e o teste F indica a rejeição da hipótese nula de que os coeficientes são conjuntamente iguais a zero.

Nesse sentido, em primeiro lugar é importante notar como a presença de filhos afeta a decisão feminina de entrar para o mercado de trabalho. Pelos resultados, percebe-se que quanto menor a idade dos filhos, maior o efeito negativo sobre a participação da mãe neste mercado. As mães que tem filhos de 4 a 6 anos, por exemplo, tem uma probabilidade de estarem no mercado de trabalho 6.3 pontos percentuais, em média, menor do que a que tem filhos com mais de 16 anos, categoria de referência, mantidas as características observadas e não observadas constantes. Para as que têm filhos de 7 a 10 anos essa diminuição seria de 3.5 pontos percentuais, enquanto que segundo estes resultados ter filhos com mais de 10 anos não altera a probabilidade em questão. Como esperado, enquanto os filhos menores exigem mais cuidados, que majoritariamente recaem sobre a mãe, filhos mais velhos possivelmente auxiliam nessas tarefas domésticas, muitas vezes cuidando dos irmãos menores.

Tendo isso em vista, pode-se concluir que de fato filhos se mostram como uma questão importante na decisão da mulher de entrar ou permanecer no mercado de trabalho. A demanda pelo cuidado desses filhos seria um dos fatores que explicam essa decisão. A partir disso, pode-se passar para a análise de como a utilização de creches poderia ter um efeito sobre a oferta de trabalho feminina. Como já foi elaborado anteriormente, as creches representam um alívio nas obrigações da mulher com o cuidado dos filhos, reduzindo o montante de suas “obrigações” domésticas, permitindo sua permanência ou inserção no mercado de trabalho. Tal hipótese é corroborada pelos resultados apresentados aqui. Segundo a Tabela 2, o fato da mãe utilizar a creche aumenta, em média, a probabilidade desta estar no mercado de trabalho em quase 23 pontos percentuais, mantendo o valor de todas as outras variáveis explicativas constante. Isso indica que, de fato, um possível aumento na utilização de creches, motivado pelo (mais provável) aumento da oferta ou aumento da demanda, poderia ser associado a um aumento da participação dessas mães no mercado de trabalho.

Além dos filhos, idosos que moram no domicílio e cônjuges são pessoas que também poderiam auxiliar nos afazeres domésticos, possibilitando à mãe estar economicamente ativa. Nesse sentido, esta investigação não fornece evidências a favor dessa hipótese. A variável presença de idosos no domicílio não foi significativa, e embora a que designa as horas trabalhadas tenha sido e com o sinal esperado, seu valor é muito pequeno. Segundo a Tabela 2, um aumento de uma hora trabalhada do cônjuge diminui a probabilidade da mãe estar economicamente ativa em 0.1 pontos percentuais, em média, tudo o mais constante.

Também é importante analisar os outros fatores que foram incluídos na investigação. Dentre estes, o que se mostrou mais relevante foi a educação. Esta é a característica que mais afeta a probabilidade das mulheres aqui consideradas estarem no mercado de trabalho, também se tornando mais determinante quanto mais elevada é a escolaridade. Omitindo o grupo sem instrução, os resultados mostram que em média a probabilidade dessa mãe estar no mercado de trabalho se eleva 37 pontos percentuais se esta tem ensino superior, em comparação com as sem instrução. Logo, um esforço de elevação do nível educacional feminino seria também importante pensando no incremento das mulheres à força de trabalho, juntamente com a redução da sua carga de afazeres domésticos.

Considerando o efeito da renda não laboral, é importante ressaltar que nesse caso a omissão foi do quantil com a maior renda não laboral. Então os resultados positivos e decrescentes

com o aumento do quantil indicam, na verdade, que quanto maior a renda da família, menor o incentivo para a mãe estar trabalhando. Uma mulher que se encontra no primeiro quantil tem, em média, 6 pontos percentuais a mais de probabilidade de estar economicamente ativa quando comparada a uma que esteja no quantil mais alto de renda, *ceteris paribus*. Logo, a necessidade de complementar a renda familiar ainda aparece como um motivo importante para determinar se a mulher será economicamente ativa.

A idade apresentou a relação de U invertido esperada, enquanto que as variáveis que dizem respeito à raça não foram significativas a 5%, assim como as de região, com exceção da região sul. Os resultados não indicam que há uma diferença sistemática entre mulheres de raças diferentes que influencia na sua participação no mercado de trabalho. Esse resultado é contra intuitivo, dadas às desigualdades de diversas faces que marcam o mercado de trabalho brasileiro. Com relação à região, apenas a região sul apresenta maior propensão em relação à mãe ser economicamente ativa, possivelmente relacionada a um maior desenvolvimento da região, que pode influenciar a cultura envolvida com o trabalho e também (ou mesmo consequentemente) os salários oferecidos.

5 Considerações finais

Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho ter sido expressiva nas últimas décadas, ainda há obstáculos consideráveis para que essa participação continue aumentando até se equiparar a dos homens. Um deles se relaciona aos afazeres domésticos que recaem sobre a mulher, com destaque para o cuidado com os filhos. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo investigar de que maneira a utilização de creches, como uma medida relacionada à oferta de creches, poderia aumentar a probabilidade de uma mãe estar economicamente ativa. Os resultados mostram evidências em favor desse efeito, logo, pode-se pensar que a necessidade de ficar em casa para cuidar do filho ainda é um obstáculo importante para a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Tal resultado é corroborado pelas evidências em favor de mães com filhos mais velhos, que requerem menos atenção e contribuem com os afazeres domésticos, também terem mais chances de estarem no mercado de trabalho. Assim, um aumento da oferta de creches deve ser considerado na elaboração de políticas públicas que almejem diminuir a desigualdade de gênero no trabalho.

Analisando outros determinantes das mães serem economicamente ativas, também foram encontradas evidências em favor de um efeito negativo da renda não laboral e de um relevante efeito positivo da escolaridade. Vale ressaltar que a mãe com ensino superior tem a maior probabilidade de estar no mercado de trabalho, em comparação com o grupo de referência. Logo, políticas públicas voltadas para a educação e para a diminuição das desigualdades de gênero nesse âmbito também devem ser incentivadas, a fim de aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a análise realizada aqui por si só não diz qual seria o impacto exato de uma política que aumentasse a oferta de creches. Ainda assim, a partir desta investigação, é possível afirmar que nesse caso as mães teriam a opção de colocar seus filhos na creche. E as mães optando por usar as creches conseguiriam dedicar-se mais ao trabalho, aumentando sua chance de inserção no mercado de trabalho. Para trabalhos futuros, seria interessante incorporar uma possível simultaneidade na decisão da mãe de entrar para o mercado de trabalho e colocar os filhos na creche. Apesar disso, as evidências reportadas mostram uma relação positiva, significativa e de grande magnitude entre filhos na creche e a mãe ser economicamente ativa. Então, ainda que estudos futuros sejam necessários para investigar

mais a fundo a questão, este trabalho já fornece evidências de que a possibilidade de deixar os filhos em creche está fortemente associada à possibilidade de estar ou entrar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. M.; LEVINE, P. B. Child care and mothers' employment decisions. *NBER Working Paper*, n. 7058, 1999.
- BAKER, M.; GRUBER, J.; MILLIGAN, K. Universal child care, maternal labor supply, and family well-being. *Journal of Political Economy*, v. 116, n. 4, p. 709-745, 2008.
- BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise/IPEA*, n. 62, 2017.
- BECKER, G. S. A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, n. 75, v. 299, p. 93-517, 1965.
- BLAU, D. M.; ROBINS, P. K. Fertility, employment, and child-care costs. *Demography*, v. 26, n. 2, p. 287-299, 1989.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CARRANÇA, T. *Creche pública eleva em 44 pontos probabilidade de mãe trabalhar*. Valor Econômico, 2019. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/brasil/6062547/creche-publica-eleva-em-44-pontos-probabilidade-de-mae-trabalhar> >. Acesso em 10 fev. 2019.
- CONNELLY, R.; DEGRAFF, D. S.; LEVISON, D. Women's employment and child care in Brazil. *Economic development and cultural change*, v. 44, n. 3, p. 619-656, 1996.
- CONNELLY, R.; KIMMEL, J. The effect of child care costs on the labor force participation and welfare reciprocity of single mothers: Implications for welfare reform. *Upjohn Institute Working Paper*, n. 01-59, 2001.
- COSTA, J. S. M. *Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*. 2007. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FITZPATRICK, M. D. Preschoolers enrolled and mothers at work? The effects of universal prekindergarten. *Journal of Labor Economics*, v. 28, n.1, p. 51-85, 2010.
- HAVNES, T.; MOGSTAD, M. No child left behind: Subsidized child care and children's long-run outcomes. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 3, n. 2, p. 97-129, 2011
- HECKMAN, J. J. Effects of child-care programs on women's work effort. *Journal of Political Economy*, v. 82, n.2, part 2, p. S136-S163, 1974.
- ILO (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE). *Women at work: Trends 2016*. Geneva: International Labour Organization, 2016.
- LONG, J. S. *Regression models for categorical and limited dependent variables*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

LOSCHI, M. *Tarefas domésticas impõem carga de trabalho maior para mulheres*. Agência IBGE Notícias, 2017. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18568-tarefas-domesticas-impoe-carga-de-trabalho-maior-para-mulheres> >. Acesso em 10 fev. 2019.

MASON, K.O.; KUHLTHAU, K. The perceived impact of child care costs on women's labor supply and fertility. *Demography*, v. 29, p. 523-543, 1992.

OLIVEIRA, P. R.; SCORZAFAVE, L. G.; PAZELLO, E. T. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. *Nova economia*, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009.

PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, 2004.

PAZELLO, E. T. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho? Um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. *Estudos Econômicos*, v. 36, n. 3, p. 507-538, 2006.

RAMOS, L.; AGUAS, M.; FURTADO, L. Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.

SANFELICE, V. Universal Public Childcare and Labor Force Participation of Mothers in Brazil. *Working Paper – University of Rochester*, nov. 2018.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. A participação feminina do mercado de trabalho. *Texto para Discussão - IPEA*, n. 923, dez. 2002.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 1, p. 41-55, 2006.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010.